



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

PATRÍCIA DE SOUSA BRAZ ELIAS

**A importância do Trabalho Social nos Programas e Projetos
Habitacionais**
(Uma experiência no Conjunto Residencial Planalto Universo)

FORTALEZA - CE

2017

PATRÍCIA DE SOUSA BRAZ ELIAS

**A importância do Trabalho Social nos Programas e Projetos
Habitacionais**
(Uma experiência no Conjunto Residencial Planalto Universo)

Monografia submetida à Coordenação do
Curso de Graduação em Serviço Social
da Faculdade Ratio, como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.
Orientação: Prof^a. Ms. Virzângela Paula
Mendes Sandy.

FORTALEZA - CE

2017

A importância do Trabalho Social nos Programas e Projetos Habitacionais

(Uma experiência no Conjunto Residencial Planalto Universo)

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.
Orientador (a): Prof^a. Ms. Virzângela Paula Mendes Sandy.

FORTALEZA - CE

2017

PATRÍCIA DE SOUSA BRAZ ELIAS

**A importância do Trabalho Social nos Programas e Projetos
Habitacionais**

(Uma experiência no Conjunto Residencial Planalto Universo)

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos (as) professores (as).

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Virzângela Paula Mendes Sandy
Faculdade Ratio

Prof. Ms. Francisco Antonio Ferreira de Almeida
Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro
Faculdade Ratio

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, minha força, coragem e socorro presente na hora da minha angústia.

Agradeço a minha Mãe “Rainha”, que não descansou na torcida, e que não poupou orações dias e noites para que Deus estivesse sempre comigo, e que sempre esteve do meu lado nas minhas escolhas apoiando – incentivando – me a ser sempre melhor.

Meu muito obrigado ao meu esposo José Walter Saraiva de Lima Júnior que compartilhou comigo todos os momentos desse período, mas sempre do meu lado e que, na minha ausência em casa, segurou a barra, ajudou bastante, dando apoio moral e correndo de um lado para outro comigo nas orientações, dando todo suporte necessário, choramos juntos mas sabíamos que no final daria certo. Obrigada, pela compreensão, pela atenção, carinho e pelo seu amor.

Agradeço a minha filha amada Tayná Braz Elias que me transmitia forças a toda hora, fonte de meu orgulho. Uma pessoa determinada e sabe o que quer, sua segurança às vezes me assusta, mas me encanta. Agradeço por agüentar minha ausência, ajudar em casa e a cuidar do seu irmão. Agradeço ao meu filho amado Augusto César Braz de Lima que sempre me perguntava se ia dar certo, mesmo sem entender muito, mas me passava tranquilidade. Fiz e farei tudo por vocês e pra vocês.

Ao meu querido irmão Robson de Sousa Braz a quem eu amo, e que sempre esteve presente, fazendo por mim tudo que estivesse ao seu alcance;

A minha cunhada Katiane Martins da Silva, pela atenção através de ligações, mensagens e orações. Obrigada pelas horas difíceis que passei, mas me alimentou de forças e alegria.

Ao meu avô materno Adonias Ferreira Lima que mesmo doente me abençoa com suas palavras sinceras e sei que é de coração, mas quando tinha sã

consciência me incentivou e mostrou que é bom ter um caminho tranquilo em tudo que fizermos na vida.

Agradeço infinitamente as orações da minha avó materna Rocilda de Sousa Lima, que me proporcionou um excesso de carinho, amor e perseverança, buscando sempre a força de Deus, para transmitir uma fé inabalável para mim.

Agradeço imensamente a minha amiga e ex- professora Gláucia Florêncio de Cunha por me compreender e me apoiar em todas as minhas escolhas, pelos puxões de orelha necessários para eu dar continuidade na minha caminhada. Obrigada, por fazer parte da minha história desde o começo da trajetória, lá em campo de estágio que virou pesquisa de campo e, ao longo desses anos, se tornamos amigas e assim formamos um laço de afinidade pessoal. E que posso contar com você sempre a qualquer hora do dia e da noite;

A minha amiga Patrícia Mota que às vezes não aguenta as minhas mensagens melosas em forma de carinho e de amor, mas saiba que você tem uma importância grande na minha vida. Obrigada pela paciência, você sempre preocupada com a minha formação acadêmica e que me ajudou bastante nessa trajetória, sempre parceira nas horas tristes e alegres. Vivemos momentos marcantes uma ao lado da outra e que juntas construímos uma amizade verdadeira.

Agradeço aos meus sogros Cecy Maia e José Walter pela força dada de forma indireta, sempre perguntando se estava dando certo nos estudos.

As minhas amigas Rosymeire, Adriana, Paula Sandra, Gleyciane por todo apoio e cumplicidade, porque mesmo quando distantes estavam presentes em minha vida.

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Ms. Virzângela Paula Mendes Sandy, por sua dedicação, paciência e ensinamentos que possibilitaram que eu conseguisse realizar este trabalho. Obrigada, pelo esforço exaustivo e pela confiança depositada em mim.

Agradeço ao Prof. Ms. Francisco Antonio Ferreira de Almeida por ter aceitado participar da banca examinadora.

Agradeço ao Prof.^a Ms. Lauriene Rodrigues de Almeida por ter aceitado participar da banca examinadora.

Foram cinco anos de estudo, muitas coisas no meio do caminho aconteceram, tive vontade de desistir várias vezes, mas graças a meu Deus e meus anjos aqui na terra me ajudaram a concluir essa etapa da minha vida.

“Eu quero habitar em seu mundo
Não sendo oriundo,
Nem sendo vagabundo,
Muito menos um “sem rumo”
Só quero habitar nessa tua consciência
Sem ver aparência
E sem displicência.
Habitar nos pensamentos
Que não se vão com o vento
E não mostra lamento,
Nem busca sofrimento,
Pois não quer nenhum tormento.
Habitar.
Morar.
Residenciar.
Ficar.
Estar.
Eu sei que vou me adequar!”
(JHOY ANTHONY)

RESUMO

Na cidade de Fortaleza, as primeiras favelas que se tem registro surgiram após o final do século XIX, quando grande contingente de imigrantes pobres, vindos do sertão, estabeleceram-se nas zonas de praia e construíram suas casas próximas às antigas vilas dos pescadores. Diante dessa realidade, de déficit habitacional, o objetivo geral deste trabalho foi verificar como as atividades desenvolvidas pelo Trabalho Técnico Social no Conjunto Residencial Planalto Universo na Comunidade Maravilha, localizado na cidade de Fortaleza, propiciaram a melhoria da qualidade de vida, mediante ações educativas e de reinserção social dos moradores beneficiados pelo projeto. Para tanto, foram criados os seguintes objetivos específicos: apresentar as políticas públicas direcionadas para a habitação; traçar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas; e identificar se as ações educativas e de reinserção social foram eficazes. A metodologia que foi utilizada neste trabalho monográfico foi qualitativa, sendo apoiada por uma pesquisa documental e bibliográfica, por observações no campo e por entrevistas realizadas com dez pessoas que fazem parte daquela Comunidade. Como resultado de nosso estudo, verificamos que o Trabalho Técnico realizado pela equipe que foi responsável pela área social do projeto, propiciou uma melhoria na qualidade de vida daquela população, principalmente por meio de ações educativas e de cursos profissionalizantes.

Palavras-Chave: Políticas de Habitação. Trabalho Técnico Social. Qualidade de vida.

ABSTRACT

The question of housing can be considered one of the main urban social problems in Brazil, in view of the number of families that are homeless. In the city of Fortaleza, the main favelas that have been registered appeared in the late nineteenth century when a large contingent of poor immigrants from the sertão settled in the beach areas and built their houses near the old fishing villages. In the face of this reality of housing deficit, the general objective of this work was to verify how the activities developed by social technical work in the Conjunto Residencial Planalto Univeso, in Comunidade Maravilha, located in the city of Fortaleza, proposed improving the reality of the life through educational actions and social reintegrations of social of the beneficiaries of the Project. For this, the following specific objectives were created: to present the public policies directed to the housing; tracing the socioeconomic profile of beneficiary families; e to identify whether educational and social reintegration actions were effective. The methodology that was used in this monographic work was qualitative, being supported by a research, documentary and bibliographical, by observations in the field and by interviews with the people who are part of that group. As a result of our study we verified that the social technical work carried out by the team that was responsible for the social area of the Project led to an improvement in the quality of life of the population primarily through educational actions and vocational courses.

Keywords: Housing policies. Social Work. Quality of life.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação

HABITAFOR – Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

BPC – Programa Bolsa Família

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TTS – Trabalho Técnico Social (TTS)

UBS – Unidade Básica de Saúde

UVA – Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2.O TRAJETO DA PESQUISA.....	21
2.1 A aproximação com o objeto.....	21
2.2 O Conjunto Residencial Planalto Universo: inserção em campo.....	24
3. O DIREITO À HABITAÇÃO NO BRASIL.....	27
3.1 Um breve resgate histórico do direito à moradia.....	27
3.2 A Política Habitacional no Brasil após a Constituição Federal de 1988.....	31
3.3 A intervenção Social nos Programas e Projetos habitacionais.....	34
4. O TRABALHO SOCIAL NO CONJUNTO RESIDENCIAL PLANALTO UNIVERSO.....	38
4.1 Os interlocutores e as interlocutoras da pesquisa.....	38
4.2 A visão dos moradores sobre o trabalho social desenvolvido no Conjunto.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES	56

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização nas grandes cidades é de suma importância quando se fala em política habitacional, pois o direito à moradia digna aos cidadãos leva tempo, pois depende do poder público, que por diversas vezes atua de forma precária e burocrática, no Brasil (ANDRADE E LEITÃO, 2006).

A questão da habitação pode ser considerada, um dos principais problemas sociais urbanos, no Brasil, tendo em vista que, o número alarmante de famílias que estão sem moradia. Segundo Andrade e Leitão (2006, p. 114):

No Brasil, a política habitacional, a partir do golpe de 1964, visava à construção de um modelo de moradia padronizada, os conjuntos habitacionais. A herança dessa moradia revela uma situação problemática no Rio de Janeiro, pois a população beneficiada pelo poder público era na sua maioria moradores que possuíam uma menor renda. Assim, os moradores promoviam alterações nas edificações com o objetivo de atender suas necessidades.

Abstraindo as colocações dos autores acima, é possível afirmarmos que o problema habitacional, nos dias atuais, não é apenas no Rio de Janeiro, mas sim no país todo, pois grande parte da população brasileira não é beneficiada pelos programas habitacionais.

Como forma de elucidar o problema habitacional, como uma das refrações da questão social, no Brasil, retomamos as colocações de Yamamoto (2007), pois, segundo a mesma, somente observando a especificidade histórica, através da relação entre Estado e Sociedade, a qual foi marcada por profundas desigualdades sociais é possível compreendermos, no caso, o problema habitacional brasileiro.

Desse modo, vale lembrarmos ainda que, na década de 1980, o Brasil, passava por uma grande modificação na reforma urbana, transformando, paulatinamente, uma reforma no setor habitacional.

De acordo com Fernandes (2001, p. 19), desde a década de 1980, o Brasil, vem passando por um importante processo de reforma urbana:

Importantes mudanças legais e institucionais foram introduzidas na esfera federal. Desde a aprovação do capítulo, pioneiro, sobre política urbana na Constituição Federal de 1988, que lançou as bases de uma nova ordem jurídica – urbanística, a qual foi consolidada com a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, com a instalação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, ambos em 2003.

De acordo com o mesmo autor, que faz uma retrospectiva histórica da questão da habitação no Brasil, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, existia um projeto para a política da habitação, mas devido à falta de recursos, o mesmo, não saiu do papel. Somente no ano de 2003, no Governo Lula, com a criação do Ministério das Cidades, foi então dado seguimento de fato a um projeto habitacional para o país.

No Brasil, segundo a Fundação João Pinheiro, a questão da habitação pode ser considerada um dos principais problemas, tendo em vista que, no ano de 2005 existia um déficit habitacional de 7,8 milhões de moradias, sendo que desse total, 90,3% corresponde à população com renda mensal de até três salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005).

Outro dado importante, diz respeito ao número de moradias inadequadas, como por exemplo, moradores de assentamentos. Conforme a mesma Fundação, no ano de 2005, foi estimada a existência de 15 milhões de moradias que eram consideradas inadequadas, sendo sua grande maioria, devido à ausência de saneamento ambiental e/ou infraestrutura adequada.

Sobre os imóveis inadequados, são aqueles carentes de infraestrutura, que não possuem alguns dos serviços básicos: abastecimento de água, coleta de lixo, energia elétrica, além disso, são somados a esses fatores o local de instalação do imóvel: morro, encostas, próximo dos rios, e o material utilizado na construção da casa (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005).

De acordo com Melo (2010), as condições em que vivem os moradores dos assentamentos se devem ao precário ou muitas vezes, nenhum acesso aos serviços básicos. Segundo as palavras do mesmo autor:

O direito a moradia adequada, reconhecido como direito humano fundamental, na Constituição de 1988, constitui o pilar para o atendimento da função da cidade e sua violação do direito a morar leva ao atentado aos demais direitos, por isso, estão vinculados as necessidades humanas (IDEM, 2010, p. 24).

Com relação ao direito à moradia, assegurado pela Constituição Federal de 1988, supracitado, conforme seu Art. 6º prevê: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

Vale lembrar ainda que esse direito também é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) Art. 25º e inciso 1º:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Trazendo o tema para a cidade de Fortaleza, as primeiras favelas que se tem registro surgiram após o final do século XIX, quando grande contingente de imigrantes pobres, vindos do sertão, se estabeleceram nas zonas de praia e construíram suas casas próximas às antigas vilas dos pescadores. Somente na década de 1970, a prefeitura de Fortaleza, começou a realizar os primeiros cadastramentos, no caso, na Comunidade de Maravilha, objeto de estudo deste trabalho foram iniciados no ano de 2003, e concretizados em 2005, pela Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR, 2015).

Diante dessa realidade, de déficit habitacional e do projeto de sociedade, ditado pelo modelo econômico neoliberal¹, estão os programas e projetos ligados à questão urbana, surgindo assim à indagação: o Trabalho Técnico Social (TTS), no ano de 2015, no Conjunto Residencial Planalto Universo, situado na Comunidade Maravilha, localizado no bairro São João do Tauape, propiciaram a melhoria da qualidade de vida, mediante ações educativas e de reinserção social dos moradores beneficiados.

Portanto, nosso objetivo geral, verificar como as atividades desenvolvidas pelo Trabalho Técnico Social no Conjunto Residencial Planalto Universo, na Comunidade Maravilha, localizada na cidade de Fortaleza, propiciaram a melhoria da qualidade de vida, mediante ações educativas e de reinserção social dos moradores beneficiados pelo projeto.

Para tanto, como meio de responder nosso objetivo geral, temos como objetivos específicos, apresentar as políticas públicas direcionadas para a habitação; traçar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas e identificar se as ações educativas e de reinserção social foram eficazes.

¹A respeito da Era do Capital Monopolista, nos embasamos nas reflexões apresentadas por Netto (1992), em seu livro intitulado: "Capitalismo Monopolista e Serviço Social".

A relevância do presente trabalho se deve em primeiro lugar para a sociedade, dado a abrangência da problemática, pois entendemos que a questão do déficit habitacional está intrinsecamente ligada a desigualdade social, o que levou ao surgimento e o agravamento das condições de moradia da população brasileira.

Lembrando que muitas famílias no Brasil vivem em áreas de risco, surgindo assim, a necessidade de serem criadas políticas públicas que se intercorrelacionam, como por exemplo, a habitacional, urbana e social.

Quando refletimos sobre o problema habitacional para a sociedade, vem-nos a mente que, para grande parte dos brasileiros, a questão da moradia é um problema de difícil resolução, pois muitas famílias só possuem onde morar por que: pagam aluguel, vivem em condições de co-habitação, em áreas de risco, e/ou em terrenos inadequados para fins de moradia, como próximo aos rios, encostas ou em morros.

Desse modo, pensar em habitação em uma sociedade ditada pelo modo de produção capitalista é se pensar na situação de pobreza de grande parte da população, que impede que o problema habitacional seja resolvido pela via do mercado. Assim, a ocupação irregular de terrenos públicos ou privados para construção de casas populares coloca-se como alternativa, desenhando a trajetória da luta pela moradia popular no Brasil.

Para Silva (1992), que vem corroborar com nossa reflexão a respeito do direito à habitação, segmentos sociais de baixa renda, ou até mesmo os sem renda:

[...] não têm acesso à habitação em forma de mercadoria do setor formal da economia, está compreendida como uma habitação que tenha ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Assim, este contingente que constitui parte do exército industrial de reserva soluciona ao seu modo este problema, optando, ou melhor dizendo, acatando para si a única via possível de se manter na cidade abrigado (IDEM, 1992, p. 104).

No âmbito acadêmico, acreditamos que este trabalho monográfico é de extrema relevância, haja vista que o Trabalho Técnico Social, desenvolvido pelo Serviço Social, no campo sócio ocupacional da habitação, fortalece a sustentabilidade preconizada pela política habitacional para o interesse social, que está vinculado à experiência e à formação profissional. Além disso, o trabalho social na área habitacional está se expandindo devido aos inúmeros programas de

habitação desenvolvidos tanto pelo governo federal, estadual e municipal, que englobam a reinserção social das famílias beneficiadas.

O trabalho do profissional assistente social é muito importante, pois os mesmos desenvolvem ações transformadoras, por meio da mobilização das famílias com ações de interesse coletivo, como por exemplo, atividades que buscam cursos profissionalizantes, possibilitando a geração de emprego e renda. Além disso, o assistente social, por meio de sua atuação, também, muitas vezes, viabiliza a garantia de direitos fortalecendo a justiça social e a igualdade das famílias beneficiadas bem como de toda a comunidade onde atua.

Portanto, o Trabalho Técnico Social, desenvolvido pelos assistentes sociais, possui relação direta com as discussões que ocorrem no cerne acadêmico, pois a partir dos encontros com as famílias beneficiárias ocorrem: oficinas, reuniões e capacitações, que possibilitam a esses profissionais criarem ações que viabilizam a garantia de direitos, um dos alicerces do trabalho do assistente social.

Tais afirmações supracitadas foram observadas a partir de nossos Estágios Supervisionados I e II, realizados no ano de 2015, na PEC POLAR Empreendimentos e Consultoria LTDA, que executa, coordena e gerencia, projeto habitacional em parceria com a HABITAFOR e a Universidade Vale do Acaraú (UVA).

Portanto, por meio dos estágios obrigatórios do Curso de Serviço Social, tivemos a oportunidade de observar e acompanhar, *in loco*, o Trabalho Técnico Social com nove mil moradores das Comunidades Vila do Mar e Maravilha. Nessa oportunidade, originou-se o interesse pela presente pesquisa e o propósito de verificar como as atividades desenvolvidas pelo Trabalho Técnico Social do Serviço Social da PEC POLAR, no conjunto habitacional planalto universo, propiciaram a melhoria da qualidade de vida, mediante ações educativas e de reinserção social dos moradores beneficiados.

Por fim, o interesse pessoal em pesquisar a presente temática se deve ao fato de residirmos no município de Fortaleza desde nossa infância e, assim, com o passar do tempo, observamos o surgimento de uma quantidade cada vez maior de conjuntos habitacionais bem como moradias irregulares, principalmente nos

arredores da cidade, comumente, regiões conhecidas como periféricas ou periferia urbana².

Do ponto de vista metodológico, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui como base uma pesquisa de caráter exploratório, visando a proporcionar maior aproximação acadêmica e identificação com o problema. Além disso, outras tipificações também foram necessárias para que fosse materializado este trabalho acadêmico, como levantamento bibliográfico sobre o tema de pesquisa, observação e realização de entrevistas.

Como pode ser observado, este trabalho é um estudo exploratório cujo objetivo, segundo Gil (1999), é proporcionar maior conhecimento teórico e empírico sobre o assunto, para auxiliar na formulação de problemas mais precisos e na aproximação dos agentes e fatos sociais envolvidos na pesquisa.

Vale deixarmos registrado que, o presente trabalho se firma na concepção metodológica da abordagem qualitativa, continuando e avançando em seu caráter exploratório. Para tanto, seguimos os pressupostos de Minayo (2010) e Haguette (1999). A primeira autora defende que esse tipo de pesquisa se dá tendo por base o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações das representações e da intencionalidade do objeto da pesquisa. Já para Haguette (1999), a pesquisa qualitativa dá maior destaque às especificidades de um fenômeno em sua origem e razão de ser, podendo ser utilizada em diversas situações, especialmente relevante em pesquisas voltadas para o funcionamento de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter a observações diretas.

Como forma de materializarmos este estudo, fizemos uso de instrumentos metodológicos como: a pesquisa bibliográfica, entrevistas e conversas informais com as famílias beneficiárias, bem como a observação direta, o que nos possibilitou detectar aspectos objetivos e subjetivos que emergem das narrativas dos sujeitos.

²De acordo com Hora (1998), os termos, regiões periféricas ou periferia urbana podem ser utilizados em dois sentidos, muitas vezes sendo contraditórios. Por um lado, para referir-se às chamadas 'franjas' ou 'bordas' urbanas, que seriam os loteamentos que se encontram nos limites da mancha urbana mais compacta, e que podem abrigar tanto uma população de alta renda (como os condomínios fechados, com muito verde, segurança e conforto). No entanto, quando abriga a população de renda baixíssima [...] pode representar, a ideia de áreas desprovidas de meios de consumo coletivo, não sendo, necessariamente, distantes do centro urbano.

A pesquisa bibliográfica se deu a partir do registro disponível de pesquisas anteriores, em documentos impressos bem como, na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

Assim, para a pesquisa bibliográfica abordamos categorias teóricas trabalhadas por pesquisadores renomados devidamente registrados. Sendo trabalhadas as seguintes categorias de análise: resgate histórico do direito à moradia, as políticas públicas na habitação após a Constituição Federal de 1988 e a intervenção social nos programas e projetos habitacionais as quais foram dialogadas com os seguintes autores: Yamamoto (2007), Silva (1992), Bonduki (1997), a Política Nacional de Habitação, Estatuto das Cidades, dentre outras.

Portanto, como pode ser observado, para realizarmos a presente pesquisa alguns autores foram fundamentais, pois nos apropriamos de seus conceitos e orientações sobre a questão habitacional e as políticas públicas de habitação no Brasil.

Com relação à pesquisa de campo, esta foi realizada no Conjunto Residencial Planalto Universo, situado na cidade de Fortaleza, com 10 chefes de famílias beneficiadas pelo programa habitacional e que foram contempladas pelo Trabalho Técnico Social naquela comunidade. Lembrando que, para tanto, fizemos uso da técnica observação, seguindo os pressupostos de Demo (1985, p. 29), segundo o qual a partir da observação é possível:

[...] construirmos as características de: uma realidade sempre volúvel, mutável, contraditória, nunca acaba [...]. Não há estação final onde este trem poderia parar; não há porto seguro onde este navio ancoraria em definitivo; não há ponto de chegada onde não tivéssemos que partir. Em ciência estamos sempre começando de novo.

Com relação às falas dos sujeitos, essas, foram gravadas e posteriormente transcritas neste trabalho, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disposto no Apêndice A deste trabalho monográfico.

No tocante às entrevistas, realizadas concomitantemente com a observação, construímos, previamente, um roteiro de entrevistas semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, que nos propiciou materializar este estudo, disposto no Apêndice B. Nesse aspecto, embasamo-nos em Gil (1999), o qual afirma que a entrevista é um instrumento no qual o entrevistador tem por objetivo obter informações do entrevistado relacionado a um objetivo específico. A entrevista

semiestruturada é caracterizada pela formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência.

Sobre os aspectos éticos em relação a esta pesquisa, no ato da entrevista, mantivemos o sigilo e o anonimato das famílias entrevistadas, identificando-as apenas por codinomes, conforme os aspectos éticos apontados pela Resolução 466/12, bem como na Lei n. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

A presente pesquisa subdivide-se em 3 capítulos. O primeiro capítulo foi intitulado: “A trajetória da pesquisa”, nele discorremos sobre como se deu nossa aproximação com o campo de pesquisa, além disso, apresentamos o Conjunto Residencial Planalto Universo.

No segundo capítulo denominado: “O direito à habitação no Brasil”, construímos um breve resgate histórico do direito à moradia no país, bem como apresentamos a legislação habitacional direcionada à população brasileira. Além disso, trouxemos o Trabalho Técnico Social proposto pelo Ministério das Cidades.

Já no terceiro capítulo chamado de: “O trabalho social no Conjunto Residencial Planalto Universo”, apresenta-se o campo desta pesquisa, e ainda os relatos dos sujeitos que aceitaram participar deste trabalho, quando esses relatam suas percepções sobre o trabalho social desenvolvido com os mesmos naquela comunidade.

2 O TRAJETO DA PESQUISA

2.1 A aproximação com o objeto

Neste tópico, discorro um pouco como se deu minha pesquisa neste trabalho³, que por sinal teve início nas disciplinas do Curso de Serviço Social de Pesquisa e Estágio Supervisionado I e II. Assim, no ano de 2015.1, fui selecionada para estagiar em uma empresa que presta serviço na área Habitacional em Fortaleza. A partir desse estágio, surgiu o interesse pelo tema. No início, fiquei em dúvida, pois não havia conhecimento algum nessa área, mas tive o privilégio de ser bem acolhida no campo de estágio tanto pela minha supervisora de campo quanto pelas demais assistentes sociais da empresa, que nos receberam de braços abertos.

Além disso, após alguns meses de estágio, na disciplina de Projeto de Pesquisa I e II, surgiu o interesse de aprofundar o estudo sobre a temática habitação. Portanto, o interesse pelo estudo materializado neste trabalho vem de uma caminhada na qual tive a oportunidade de agregar conhecimento acerca da problemática da moradia que uma parcela da população brasileira sofre. Assim, observei *in locus*, quando me inseri no campo, ao trabalhar diretamente com as famílias residentes no Conjunto Residencial Planalto Universo, a importância da temática aqui abordada.

Durante o período de um ano na disciplina de Estágio Supervisionado I e II, consegui uma aproximação maior com o campo de estágio, bem como na comunidade pesquisada, onde estive por diversas vezes juntamente com as assistentes sociais da Empresa PEC POLAR e com os demais estagiários. Diga-se de passagem, foi uma oportunidade única, que me permitiu conhecer a realidade de uma comunidade tão carente. Conheci a realidade social, bem como estabeleci vínculos, considerando a abordagem essencial no sentido de levar conhecimento aos moradores, diante da complexidade da difícil realidade vivida por eles.

A princípio, foi difícil, pois era tudo novidade, o ambiente totalmente fora da minha realidade, deparei-me com pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, sem conhecimento algum de seus direitos, mas ao me familiarizar, busquei e tive a certeza de que esse seria de fato meu objeto de pesquisa. A partir disso, temos a

³Achamos mais apropriado, por ter sido algo mais pessoal, discorrermos este capítulo na primeira pessoa, sendo que o restante do trabalho foi redigido na terceira pessoa.

pretensão de um pouco da importância do trabalho social, com os profissionais do Serviço Social, que dedicam seu trabalho em busca de levar uma melhoria para essas comunidades necessitadas de seus direitos básicos.

No decorrer dos estágios supervisionados, observei e vivenciei situações peculiares relacionadas ao exercício profissional que proporcionaram experiência e aprendizado. Registro ainda que, durante, esse processo, surgiram muitas dúvidas em relação ao que o Serviço Social realizava nos projetos habitacionais. Com a convivência e as supervisões realizadas no campo de estágio, aos poucos as dúvidas foram sendo esclarecidas e, com a participação nas atividades, foi possível conhecer melhor e mais de perto como se dá o exercício profissional neste campo de atuação.

Assim, foi através da experiência de estágio nessa comunidade que tive a oportunidade de conhecer as dificuldades por esses moradores em busca de uma moradia digna. Após um ano de estágio na empresa PEC POLAR, fiquei como bolsista para desenvolver atividade com as famílias na comunidade, além de fazer trabalho de cadastramento pra diversos programas sociais com esses moradores, participei também de várias ações sociais que visavam integrar a comunidade e capacitar os moradores para o mercado de trabalho, gerando renda para os demais.

Chamou-me a atenção alguns cursos de capacitação oferecidos por terem tido maior êxito, dentre esses, citamos os cursos de: confecção de produtos de limpeza, gastronomia, bordado a mão, corte e costura, primeiros socorros, reciclagem com garrafas pets e pinturas. Verificamos que tais cursos possibilitaram muitas famílias gerarem renda.

Passei a observar ainda que através desse espaço que se aplica na prática a atuação em campo, desenvolvendo trabalhos sociais junto aos beneficiários atendidos pelos programas e projetos habitacionais por meio de planejamento, articulação e sensibilidade da equipe, uma dedicação que de certo modo fez toda a diferença na vida dessas pessoas, garantindo as mesmas o mínimo de acesso e direitos, portanto, um mínimo de dignidade.

As demandas encontradas pela equipe na comunidade passam a ser valorizadas, principalmente a partir da mobilização divulgada pelos assistentes sociais e seus estagiários, com a intenção de conscientizar os moradores sobre a importância do trabalho social, até porque essas famílias não tinham conhecimento sobre o trabalho social, que é de prestação de serviços nas comunidades carentes e

zelar pela qualidade de vida dos moradores em busca de soluções no exercício da cidadania.

O Trabalho Social, objeto de estudo da presente monografia, tem enquanto agente executor a Secretaria de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR, instituída, por Decreto Lei nº 8.810, de 30 de dezembro de 2003, que trata sobre a autorização da criação desta instituição. Esta Unidade Executora Municipal é o órgão público responsável pela implementação da Política Habitacional no município de Fortaleza, dispondo da seguinte estrutura administrativa:

O estágio obrigatório do Curso de Serviço Social que inspirou este Trabalho de Conclusão de Curso foi uma proveitosa experiência no acompanhamento da operacionalização do "Projeto de Urbanização da Comunidade Maravilha" no Conjunto Residencial Planalto Universo: Programa Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, Ministério das Cidades, Governo Federal, implementado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Visando garantir a relação entre teoria e prática do estágio obrigatório, foi estabelecido contato com a realidade social, uma aproximação com os espaços de serviços bem como o aprofundamento do trabalho do assistente social. Também constituiu através da supervisão de campo, oportunizando a qualidade do ensino e aprendizagem no processo didático que perpassa o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações refletidas, analisadas e supervisionadas.

A relevância do estágio supervisionado está associada ao caráter interventivo da profissão do assistente social, neste sentido o estágio tem uma possibilidade de oferecer ao aluno a materialidade e suas particularidades.

Diante disso, deixamos registrado que nosso estágio obrigatório foi implementado numa empresa de consultoria social, contratada pela HABITAFOR para execução do trabalho social nesta comunidade. Desta forma, os procedimentos operacionais foram realizados por um período de 01 ano, através de atividades internas/burocráticas e externas/metodológicas, voltadas diretamente para o público alvo em questão.

Entretanto, após a conclusão da disciplina de Estágio Obrigatório, nos afastamos da instituição devido à impossibilidade de renovação contratual. Sendo que, no processo de construção desta monografia e da pesquisa de campo, fomos informadas por algumas lideranças comunitárias que o trabalho social havia sido

suspenso por determinação da HABITAFOR e também que a empresa terceirizada que estagiamos não se encontrava mais no conjunto, inviabilizando, assim, o contato direto com os profissionais que atuaram na operacionalização do projeto.

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho consiste em compreender como se dá o trabalho social executado pelo (a) profissional de Serviço Social, especificamente no tocante à avaliação dos projetos desenvolvidos, compreender as possibilidades e desafios da sua prática cotidiana na área de intervenção bem como observar como se desenvolve a relação desse sujeito com a comunidade.

Nesse sentido, realizamos uma análise da operacionalização do “Projeto de Urbanização da Comunidade Maravilha do Residencial Habitacional Planalto Universo”, tendo em vista a questão da participação (ou a ausência dela) dos sujeitos nele envolvidos, ou seja, os moradores do Residencial. Esse tipo de análise se propõe a perceber a estreita relação entre teoria e prática, como o trabalho social foi planejado e o que representa para os sujeitos aos quais se direciona.

2.2 O Conjunto Residencial Planalto Universo: inserção em campo

As origens do Conjunto Residencial Planalto Universo é parte integrante do Projeto de Participação Comunitária da Lagoa do Opaia, localizado no Bairro Vila União, no município de Fortaleza, estado do Ceará (ARAUJO, 2012).

O Conjunto Habitacional Planalto Universo foi construído no ano de 2004, no âmbito do Projeto de Urbanização da Lagoa do Opaia, destinado a 504 famílias residentes no entorno da Lagoa do Opaia e é constituído de 63 blocos, localizados em onze ruas: 13 de Abril, Netuno, Urano, Saturno, Júpiter, Marte, Plutão, Mercúrio, Sol, Lua e Via Láctea (ARAUJO, 2012).

Segundo Araujo (2012), o empreendimento é dotado de infraestrutura urbana (drenagem e pavimentação, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, rede elétrica com iluminação pública) e dispõe de dois equipamentos comunitários: salão social e uma creche comunitária. Tem, ainda, uma área de lazer com um campo de futebol e um extenso calçadão ao longo do canal localizado na chamada Rua Varig, como pode ser observado na Figura 1, abaixo, que retrata um pouco da realidade dessa comunidade.

Figura 1. Rua principal do Conjunto Residencial Planalto Universo



Fonte: Pesquisa Direta.

Com relação à área da Lagoa do Opaia, a mesma consiste em uma das 79 áreas de risco de Fortaleza, incluídas no estudo de hierarquização desenvolvido entre as ações do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS), a sua escolha como primeira área da Prefeitura Municipal de Fortaleza, deveu-se às suas características populacionais e físicas adequadas do Programa Habitar Brasil/BID, integrando o conjunto de assentamentos muito próximos a sangradouros e lagoas da região central do município de Fortaleza (ARAUJO, 2012).

O Projeto de Urbanização da Lagoa do Opaia foi destinado a 736 famílias das quais 232 permaneceram na área de entorno da lagoa e receberam benefícios de melhorias habitacionais e 504 foram reassentadas no Conjunto Residencial Planalto Universo. Neste total de beneficiários, estão incluídas 19 famílias do Viaduto do Tatá e 44 da área receptora (Bairro Vila União) (ARAUJO, 2012).

Assim, esse projeto se configurou numa forma de intervenção direta na vida pública com uma motivação social concreta no processo de reassentamento e reurbanização da Lagoa do Opaia e se fez necessário uma vez que a área em questão foi ocupada de forma desordenada. Nesta área, a maioria da população vivia em condições precárias de moradia, em edificações mistas de papelão, madeirite, plástico e alvenaria na faixa de preservação e no próprio espelho d'água da lagoa e sem qualquer atendimento aos elementos básicos de salubridade e higiene (ARAUJO, 2012).

Neste conjunto, foram reassentadas, posteriormente, no ano de 2007, 144 famílias que residiam no espaço mais próximo às margens do canal do São João do Tauape e tinham maior homogeneidade no concernente à composição das casas,

barracos compostos por plásticos, madeira e restos de materiais de construção provenientes da Comunidade Maravilha, uma área de risco com localização privilegiada na cidade, próximo ao Hospital da UNIMED, imediações da BR 116, em Fortaleza. Estas famílias residem nos imóveis localizados nas ruas Netuno e 13 de Abril (ARAUJO, 2012).

Diante do que foi percorrido até o presente momento, salientamos que como forma de embasar nosso trabalho passamos a discorrer, no próximo capítulo desta pesquisa, sobre o direito à moradia no Brasil, a política habitacional no país após a Constituição Federal de 1988 e a intervenção social nos Programas e Projetos Habitacionais.

3 O DIREITO À HABITAÇÃO NO BRASIL

3.1 Um breve resgate do direito à Moradia

A questão da moradia no Brasil não é um problema recente. Está em evidência pelo menos, desde o século XIX, com a chegada de imigrantes ao país. Posteriormente, a tardia abolição, em 1888, proporcionou a liberdade aos escravos, sem oferecer nenhum apoio ou assistência para que aquelas pessoas pudessem viver de forma adequada, o que gerou uma série de dificuldades para aquela população que, sem alternativas, se viu obrigada por várias vezes a agir por conta própria ou aguardar a lentidão e a vontade do Estado (MARIGHELLA, 1958).

Entre os inúmeros fatores que, no decorrer da história, influenciaram o processo de formação do contingente populacional que hoje se encontra desprovido de moradia digna, pode-se ressaltar a questão do monopólio da terra por meio da apropriação pelos grandes proprietários, ocorrendo por décadas a exploração e a apropriação do trabalho do colono através da renda da terra, inicialmente na cultura do café (MARIGHELLA, 1958).

Segundo a mesma autora, esse processo envolvia de um lado o proprietário da fazenda e de outro o colono, sendo dois tipos: “[...] tipos antagônicos que se debatem por entre contradições inconciliáveis, reflexo do predomínio absoluto da propriedade privada dos meios de produção na economia agrária” (MARIGHELLA, 1958, p. 20).

A mesma autora conclui sua reflexão afirmando que devido a falta de uma política de distribuição de terras que possibilitasse a democratização da propriedade, permitindo o acesso das pessoas à terra como proprietárias e não como servas, influenciou o processo de exploração e desigualdade no país. Com a chegada da industrialização no Brasil, que acarretou em um aumento do número de postos de trabalho e conseqüentemente, o aumento do número de migrantes em busca de trabalho e de uma vida melhor, o poder público não criou políticas públicas eficientes, voltadas para a área da urbanização e habitação, como resposta ao crescimento das demandas por conta do adensamento populacional.

Desse modo, quando olhamos para o déficit habitacional no Brasil, devemos ter em mente tais fatores, pois caso o Estado tivesse realizado políticas

habitacionais que sanassem esse problema, hoje não teríamos tantas pessoas vivendo em submoradias.

Para Ribeiro e Pechman (1985), o déficit habitacional se deve a existência de uma discrepância entre o ritmo de crescimento da população urbana e o da construção de novas moradias. Essa desproporção ocasiona o desequilíbrio entre a oferta e a procura de moradias, gerando o aumento do preço dos imóveis e tornando impossível o acesso a esse bem para certas camadas da população.

Se existe "déficit habitacional" é porque:

[...] grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado da produção de moradias. Sendo duas as razões: de um lado, uma distribuição profundamente desigual da renda gerada na economia e, de outro lado, as condições que regem a produção capitalista de moradia no Brasil, que impõem um elevado preço ao direito de habitar a cidade (RIBEIRO E PECHMAN, 1985, p, 09).

Os mesmos autores afirmam ainda que, em uma sociedade hierarquizada e extremamente desigual como a brasileira, é indispensável considerar as particularidades de cada localidade, comunidade ou grupo, sua cultura local, seu aspecto sócio-econômico. Desse modo, priorizando o conhecimento da realidade dos indivíduos de cada localidade é possível intervir com o objetivo de harmonizar e somar as ações a serem desenvolvidas, por parte do Estado, com o que já está posto.

Analisando o que os autores trazem a respeito do direito à habitação é possível afirmarmos que a moradia não se resume apenas a um bem material, mas se encontra intimamente ligada às condições culturais e a outros aspectos da dimensão individual e familiar que são peculiares a cada comunidade.

Segundo Silva e Santos (2001) a questão habitacional tem em seu cerne uma relação direta com o sistema econômico vigente, ou seja, o desenvolvimento capitalista que transforma a sociedade, haja vista que, a necessidade de acumulação provoca um desenvolvimento antagônico onde apenas uma minoria, detentora dos meios de produção, consegue colher frutos, enquanto a maioria da população, formada por trabalhadores, convive com o mínimo que lhes é destinado através do seu trabalho, que em grande parte não possui condições de apenas vendendo sua mão de obra de adquirir uma moradia. Assim, grande parte da parcela

da população brasileira vive de forma excluída no que se refere ao direito a uma moradia digna.

Assim, no contexto de formação do espaço urbano dentro de uma sociedade que se estrutura sob o modo de produção capitalista, a questão da moradia se constitui num problema social que está relacionado diretamente com interesses econômicos e, é, portanto, um elemento que se insere num contexto de correlações de forças (SILVA e SANTOS, 2001, p. 5).

Rolnik (2002) aborda ainda a questão habitacional sob um outro olhar, não menos importante, que diz respeito à exclusão territorial, fortalecida pelo modo com as políticas na área da habitação e do urbano foram pensadas e aplicadas ao longo dos anos, privilegiando apenas algumas camadas da sociedade.

Segundo a autora, umas das características comuns a todas as cidades brasileiras é o fato de as mesmas apresentarem um contraste muito claro, onde parte da cidade possui serviços de infraestrutura (esgoto, energia elétrica, asfalto, etc.) e a outra parte, geralmente maior que a primeira, carece de todas essas necessidades, como se existisse uma divisão, uma linha imaginária que separasse essas duas faces de uma mesma unidade. Essa contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria:

[...] com condições urbanas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdades, correspondendo a uma situação de exclusão territorial, uma vez que essa falta de serviços muitas vezes significa a ausência de escolas, creches e postos de saúde, interferindo na rotina dos moradores, que acabam indo buscar esses serviços fora do bairro, sem muitas vezes ter o acesso a esses direitos (ROLNIK, 2002, p. 54).

A respeito dessa discrepância, Rolnik (2002) afirma que a atuação do governo no trato da questão habitacional sempre se caracterizou pela sua forma inconstante e insuficiente, não levando em consideração a real necessidade da população.

Sobre essa realidade brasileira Bonduki (1997) afirma que o Estado sempre relutou em interferir na esfera privada, porém, o mesmo viu-se obrigado a atuar de forma mais vigorosa devido à irracionalidade da produção capitalista de edifícios e loteamentos, oferecendo muitas vezes serviços precários de água e esgoto, passando a constituir séria ameaça à saúde pública, por isso, a produção do espaço urbano passou a ditado por legislações específicas, mesmo predominando as concepções liberais.

De acordo com Peruzzo (1984), até meados dos anos de 1930, foram criadas várias tipologias habitacionais para os setores de baixa e média renda no Brasil. Sendo todas, construídas através da iniciativa privada. Essas habitações eram destinadas à moradia de aluguel, portanto, naquele período essa era a forma predominante de moradia, uma vez que não existiam sistemas de financiamento para a casa própria.

Somente a partir da década de 1930, a sociedade passa a perceber que o Estado deve intervir e criar meios para amenizar o problema da moradia. Produção de casas pela iniciativa privada para locação, com a finalidade de se obter renda mensal. Já durante o segundo governo de Vargas, houve outras tentativas do poder público para amenizar a questão da moradia, como a criação do Banco Hipotecário de Investimento e Financiamento da Habitação Popular, porém a falta de comprometimento do próprio governo impossibilitou novas mudanças (PERUZZO, 1984).

Conforme o mesmo autor, entre o fim do Estado Novo e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) urbana⁴, foram criados vários os órgãos estaduais e municipais para tentar dar conta da questão habitacional. No entanto, muitos desses órgãos acabaram permanecendo sem dar conta da demanda existente.

Esse período foi marcado por uma política centralizada, com pouca participação popular. No ano de 1986, foi extinto o BNH, gerando um vácuo no que se refere às ações do governo na área da habitação, estimulando com isso a organização de alguns movimentos sociais, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, pleiteavam a formulação de uma única Política Nacional de Habitação (PERUZZO, 1984).

Diante disso, passamos a discorrer os avanços alçados no âmbito das políticas habitacionais, no Brasil, após a Constituição Federal de 1988, conforme segue no próximo tópico.

⁴De acordo com Peruzzo (1984), em 1964, o governo federal estabeleceu o Plano Nacional da Habitação e criou o BNH, tendo como objetivo retomar o ritmo de crescimento dos diversos setores econômicos, além de incorporar ao mercado de trabalho uma parcela da população que se encontrava parada.

3.2 A Política Habitacional no Brasil após a Constituição Federal de 1988

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira no ano de 1988, a mesma a partir de seu Art. 144, passou a permitir propostas de projetos de lei de através da iniciativa popular, tendo como requisito único o número de assinaturas por Estado e também a nível nacional, para que se possam criar projetos habitacionais (MELO, 2010).

Assim, através da organização e articulação de alguns movimentos, principalmente no Estado de São Paulo, deu-se início a um processo de construção cuja proposta inicial foi a formulação de um projeto propondo a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Esse projeto também propunha a criação do Conselho Nacional de Moradia Popular, com representação dos movimentos populares, do governo e demais seguimentos atuantes no setor da habitação, tendo como objetivo principal garantir recursos para essa nova política que se delineava (MELO 2010).

Segundo as palavras do mesmo autor:

O direito a moradia adequada, reconhecido como direito humano fundamental, na Constituição de 1988, constitui o pilar para o atendimento da função da cidade e sua violação do direito a morar leva ao atentado aos demais direitos, por isso, estão vinculados as necessidades humanas (MELO, 2010, p. 24).

Compreendendo as colocações de Melo (2010), é possível afirmarmos que a habitação é um direito de todo cidadão brasileiro, estando o mesmo, garantido pela Constituição Federal de 1988. Sendo assim, esse direito, faz parte das necessidades de todos os brasileiros.

Ainda em relação ao direito à moradia, assegurado pela Constituição Federal de 1988, Melo (2010) sustenta lembra que, conforme o Art. 6º da referida Carta Magna, são direitos sociais: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Vale lembrar ainda que esse direito também é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) Art. 25º e inciso 1º:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou

outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Grifos nosso).

Abstraindo o que traz o Art. 25 inciso 1º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, observamos que o direito a habitação está dentre os direitos básicos assegurados a todos os indivíduos e a sua família, o que demonstra o tamanho da importância dado a essa questão dentro da sociedade contemporânea, tendo em vista que o mesmo se equipara a direitos fundamentais, como por exemplo, alimentação e a saúde.

Na ótica do direito, Azevedo e Andrade (1982) defende que a habitação adequada é condição fundamental para o homem exercer plenamente a sua cidadania, pois a mesma é: “[...] um dos reclames maiores na luta pela ampliação da cidadania, para que se reconheça nesta a faceta social, à qual compete ao Estado dar substância pela aplicação de recursos por meio da política de desenvolvimento social” (IDEM, 1982, p. 8).

Compreendendo as colocações dos autores, acima, verificamos que a luta pela moradia é algo que vem de longa data na sociedade brasileira e que somente através de um esforço coletivo é possível garantir esse direito. Indo mais além, é possível afirmarmos que o direito à habitação, no âmbito do direito, enquadrado no rol dos direitos econômicos e sociais, exigindo assim, um papel mais ativo por parte do Estado, através de políticas públicas que contemplem tal questão.

No que diz respeito à função e ao direito social à moradia Castro (2016) preceitua que:

A função social da propriedade é um desenvolvimento lógico do princípio da igualdade material e se encontra nas bases lógicas de constituição do Estado nacional brasileiro. **A funcionalização coloca os interesses da sociedade democrática acima dos interesses individuais**, subordinando a realização do singular ao universal. Se a própria propriedade se funcionaliza, os contratos, os negócios entre partes, a empresa (célula fundamental da produção ou reprodução da forma valor) e o próprio capital, se tornam funções sociais de realização de valores éticos definidos na Constituição: construção de uma nação política e economicamente soberana e de bem-estar social, com pleno emprego e justiça social (IDEM, 2016, p.343. Grifos nosso).

Analisando os argumentos de Castro (2016), é perfeitamente compreensível que o direito à habitação esteja como uma das garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988, haja vista que o mesmo autor deixa claro que a

função social da terra se sobrepõe aos interesses individuais, logo a moradia é um direito de todo cidadão brasileiro.

Portanto, o que está posto na Carta Magna, especialmente o direito à moradia, nada mais é do que a busca por um Estado Social que busca a diminuição das desigualdades sociais por meio de políticas públicas, no caso do objeto deste estudo, a garantia do direito à moradia digna.

De acordo com Pilati (2013), pode-se dizer, ainda que, a função social da propriedade orienta o seu exercício de modo a coibir o abuso do direito, bem como o seu uso nocivo ou irracional, incluindo aí o abandono. Como consequência a propriedade urbana adquiriu um novo perfil derivado do princípio da função social, que está pautado no bem-estar social e no princípio da igualdade, com diretrizes gerais, nesse mesmo sentido, elencadas também no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), na Lei do Parcelamento do Solo n. 6.766/1979, na Lei n. 11.977/09, conhecida como “Minha Casa Minha Vida”, na Lei de Incorporações imobiliárias n. 4.591/1964 e no plano diretor de cada município.

Segundo Silva (1989, p.11), a política habitacional brasileira está situada no âmbito das políticas sociais, expressando, nos diferentes momentos conjunturais, com maior ou menor intensidade, a lógica da acumulação capitalista, da legitimidade dos regimentos políticos de previdencialista de política social, diferente de setores como saúde e educação, que são considerados universais. Esta concepção se dá na medida em que os programas habitacionais foram elaborados prevendo contrapartida. Algum membro da família teria que ter renda comprovada para participar e, conseqüentemente, estar inserido no mercado de trabalho de alguma forma.

De acordo com Fernandes (2001), no Brasil, importantes mudanças legais e institucionais foram introduzidas na esfera federal. Desde a aprovação do capítulo, pioneiro, sobre política urbana na Constituição Federal de 1988, que:

[...] lançou as bases de uma nova ordem jurídica – urbanística, a qual foi consolidada com a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, com a instalação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, ambos em 2003 (IDEM, 2001, p. 19).

De acordo com o mesmo autor, que faz uma retrospectiva histórica da questão da habitação, no Brasil, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, existia um projeto para a política da habitação, mas devido à falta de recursos, o mesmo,

não saiu do papel. Somente, no ano de 2003, no Governo Lula, com a criação do Ministério das Cidades foi então dado seguimento a de fato um projeto habitacional para o país.

A respeito dos programas e projetos habitacionais que serão discutidos no próximo tópico deste capítulo, é importante colocarmos que os mesmos se deram justamente a partir da criação do Ministério das Cidades.

3.3 A intervenção social nos Programas e Projetos Habitacionais

O Trabalho Técnico Social (TTS), nas políticas habitacionais, no Brasil, passou a ter uma relevância social significativa principalmente a partir do ano de 2005. De acordo com a Secretária Nacional de Habitação, em uma publicação intitulada: “Trabalho Social e Intervenções Habitacionais: reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional urbana⁵”, realizado entre os dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2010, na capital federal, o trabalho social:

[...] **passou** a ser parte **obrigatória dos projetos de intervenção habitacional**. Trata-se de uma atividade essencial a ser realizada com as famílias beneficiadas pelos projetos. Esse tipo de trabalho envolve várias ações, que se iniciam antes da obra e continuam após a mudança dos moradores. Com a exigência do trabalho social e dos investimentos em habitação dos últimos anos, **especialmente com o PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida**, uma série de projetos de intervenções vem sendo desenvolvida nos vários municípios brasileiros (BRASIL, 2011, p.05).

Compreendendo as colocações da referida publicação pela Secretaria Nacional de Habitação, é possível afirmarmos que o TTS nos projetos habitacionais se tornou tão relevante que é parte obrigatória dos programas habitacionais, principalmente com o crescimento desse tipo de projetos em decorrência do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), promovidos no segundo mandato do então Presidente Lula.

Conforme declaração dada pela Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, o TTS é um dos eixos fundamentais quando se realiza uma intervenção. As pessoas:

⁵ O referido Seminário possuiu como objetivo ampliar o campo de ação e o repertório do trabalho social, contando com a participação de mais de 400 pessoas de todo o País, inclusive com palestrantes internacionais além de organizações parceiras do setor público e privado (BRASIL, 2011).

[...] têm o direito de saber o que vai acontecer com elas e de poder opinar sobre o seu futuro. **O trabalho social** tem essa função e hoje **é um componente obrigatório**, representando investimentos da ordem de 2,5% dos recursos totais de uma obra. **Uma intervenção numa favela é**, na verdade, **buscar fazer a conexão do tecido urbano daquele assentamento com o resto da cidade**, reforçando as competências e atributos para que ela possa se desenvolver e se organizar, para tornar-se **uma comunidade mais atuante na garantia de seus direitos, por meio da urbanização e do desenvolvimento econômico, com o objetivo de garantir a melhoria das condições de geração de trabalho e renda** para aquele público. [...] estamos desenvolvendo estas atividades de debate e capacitação, para tentar identificar quais são os desafios específicos, além de tentar discutir e incorporar outros temas. [...] Não é mais razoável que, ainda hoje, se ofereça apenas alguns cursos de capacitação, sem articulação intersetorial (BRASIL, 2011, p. 06. Grifos nosso).

Ao nos debruçarmos sobre as ponderações da Secretária Nacional da Habitação, chamou-nos à atenção não apenas a obrigatoriedade do TTS, mas o objetivo do mesmo nos programas habitacionais, pois o mesmo visa a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas através do desenvolvimento econômico por meio da melhoria da renda dessas pessoas e também da garantia de seus direitos, por meio de articulação intersetorial.

Desse modo, compreendemos que o ponto fundamental da questão do trabalho social é o de viabilizar formas para que as famílias beneficiadas percebam seus direitos e assim possam se organizar e reivindicar ações do poder público que levem a melhoria do desenvolvimento social de uma determinada comunidade.

Todo o Trabalho Técnico Social deve ser capaz de articular políticas públicas que estão disponíveis no município, no governo estadual e federal para tornar aquela comunidade mais forte e melhorar a potencialidade das famílias que estão fazendo parte de um determinado projeto (BRASIL, 2011).

Devemos ter em mente que os projetos habitacionais devem dar respostas as mais diversas carências da comunidade atendida. Para tanto, os mesmos devem possuir equipamentos sociais que possam fornecer as condições básicas para que essa população venha a ter qualidade de vida, como por exemplo, creche, área de lazer, escolas, Unidade Básica de Saúde (UBS) e transporte coletivo (BRASIL, 2011).

A intervenção física, em conjunto com o TTS, busca diminuir as desigualdades. Para entendermos melhor esse tipo de trabalho é preciso ter em mente que, esse tipo de trabalho envolve processos que vão muito além da simples

mudança na “paisagem”, pois não é só “tirar a aparência de favela”, mas o conceito de favela. Pois nada adianta urbanizar uma comunidade se os indivíduos que lá habitam continuarem afirmando que o local é uma favela, desse modo o TTS trabalha com uma perspectiva

[...] de processo em que é fundamental a obra física, mas que vai muito, além disso, trata-se de inserção nesse território, de uma apropriação pelas comunidades. [...] Programas integrados são portas de entrada de combate à pobreza (BRASIL, 2010, p. 10).

Diante disso, segundo a mesma publicação, o TTS, deve focar quatro eixos básicos de atuação, quais sejam: trabalho social em apoio à intervenção física; ações de setores sociais visando à inclusão social e/ou o desenvolvimento local; fortalecimento das organizações da sociedade civil; e o fomento à participação da comunidade (BRASIL, 2011).

O trabalho social em apoio à intervenção física concentra as ações de mobilização, cadastramento, abertura de frente de obras e acompanhamento dos reassentamentos. O segundo eixo, que são as ações de setores sociais visando à inclusão e/ou o desenvolvimento local, possui o objetivo de promover a articulação intersetorial para promover o desenvolvimento local e a inclusão social e ultrapassa a intervenção física. Quanto às ações do terceiro e quarto eixos, muitas vezes, estão interligados, na medida em que buscam o fortalecimento das organizações através do planejamento e da gestão dos programas habitacionais. Portanto, o terceiro e quarto eixos estão ligados ao fortalecimento do capital social local e ao empoderamento das entidades e da própria comunidade (BRASIL, 2011).

Refletindo sobre tudo o que foi trazido até o presente momento, entendemos que as políticas públicas de habitação popular em conjunto com o TTS vão muito além da simples construção de moradias para famílias que vivem em áreas carentes. As intervenções habitacionais buscam garantir o acesso a direitos sociais e a integração dessas comunidades ao restante da cidade.

Entendemos que só é possível compreender o problema habitacional dentro da realidade que envolve as refrações da questão social, portanto, a política habitacional envolve a questão física, fundiária e social, tendo em vista que:

Estamos num contexto de mundo globalizado, cuja marca é a desigualdade. É desse cenário que estamos falando quando se trata da questão do

trabalho social na política de habitação no nosso País. [...] é preciso observá-los numa visão de totalidade, onde os casos estão inseridos, e não o contrário. [...] Famílias que vivem em morros, em áreas de risco, em condições precárias, sujeitas a todas as intempéries, enquanto outras residem em mansões de luxo (BRASIL, 2011, p. 11).

Portanto, para analisar o trabalho social, em um programa habitacional, devemos pensar nas ações de integração de vários setores, como educação, saúde, segurança pública, geração de renda, transporte dentre outras necessidades. Todavia, muito embora existam um leque de ações que devem ser trabalhadas pelo TTS, é sabido de antemão que cada município, cada localidade possui suas singularidades, assim, existem localidades que são mais fáceis de trabalhar a interdisciplinaridade e a integração de políticas, e em outros, não. Sendo que, o horizonte do trabalho social: “[...] **é a melhoria da qualidade de vida das pessoas**, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos, o incentivo e o fortalecimento da participação e da organização autônoma da população” (BRASIL, 2011, p. 24. Grifos nosso).

Como pode ser observado, a política habitacional brasileira visa contemplar questões que vão muito além do simples problema habitacional das famílias brasileiras que não possuem condições financeiras de adquirir um imóvel. Essa política, por meio do TTS, visa criar mecanismos que levem a uma melhoria na qualidade de vida desses indivíduos por meio do acesso à informação dos direitos, do acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e a participação e organização dessa camada populacional, portanto, busca inserir essas pessoas como cidadãos de direitos na sociedade.

No próximo capítulo, apresentamos o Trabalho Técnico Social desenvolvido no Conjunto Residencial Planalto Universo por meio de uma análise do perfil socioeconômico e da visão dos moradores sobre o TTS desenvolvido no referido Conjunto.

4. O TRABALHO SOCIAL NO CONJUNTO RESIDENCIAL PLANALTO UNIVERSO

4.1 Os interlocutores e as interlocutoras da pesquisa

Antes de adentrarmos no perfil socioeconômico dos interlocutores e interlocutoras que aceitaram contribuir por meio de relatos para que pudéssemos concluir este trabalho, gostaríamos de deixarmos registrado que encontramos alguma dificuldade. Mesmo ainda mantendo contato com uma representante da Associação dos Moradores do Conjunto, ao longo do tempo, após termos concluído nosso Estágio Supervisionado I e II, fomos perdendo contato com os demais moradores, desse modo, encontramos certa resistência por parte dos moradores em aceitar participar desta pesquisa. Outro fator que interferiu na viabilização de um número maior de entrevistados se refere ao tráfico de drogas que existe na Comunidade, pois o mesmo é muito presente. Além disso, os relatos de assaltos naquela localidade são elevados, como pudemos observar ao longo de nossa ida a campo, ainda quando estávamos cursando a disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II.

Dessa forma, nossa amostragem se reduziu a 10 pessoas escolhidas de forma aleatória. Sendo os entrevistados identificadas por família 1, 2, 3, e assim sucessivamente, até a décima família, como forma de garantir o sigilo dos entrevistados. Vale ressaltar que o TCLE foi devidamente assinado por cada um, todos maiores de 18 anos.

Nossa primeira ida a campo, após a conclusão dos Estágios, se deu no período de 24 a 28 de maio de 2017, mais como uma forma de ganharmos alguma confiança dos moradores. Assim, nossa primeira ida ao Conjunto foi inicialmente uma forma de abordar e conversar com os moradores, uma forma de verificarmos se os mesmos ainda se lembravam do nosso trabalho desenvolvido lá em 2015.

Portanto, como já fazia algum tempo que não nos dirigíamos mais até o Planalto Universo, usamos dessa estratégia para alcançarmos nosso objetivo e também observarmos a Comunidade. Sendo que, por meio dessa “estratégia”, percebemos várias pessoas e famílias diferentes no Conjunto. Muito embora, seja apenas uma constatação empírica, esses indivíduos que nos causaram certo

estranhamento, se deva a mudança de moradores de outros bairros para lá através da venda, troca ou aluguel dos apartamentos, o que é ilegal⁶.

Nossa segunda ida ao Conjunto foi mais aceita, muitos moradores nos receberam com entusiasmo. Assim, escolhemos algumas pessoas para começarmos a nossa entrevista, na rua mesmo, de baixo do pé de uma árvore no calçadão do Residencial. Nesse momento, passamos a observar que muitos dos moradores eram analfabetos.

Outro fato que nos chamou à atenção foi o fato de um dos sujeitos entrevistados ser muito alegre, mesmo tendo nos relatado que passava por dificuldades financeiras e ainda cuidava de uma irmã que sofre de problemas mentais. Além disso, essa pessoa antes de nos conceder a entrevista, afirmou que recordava da minha pessoa das oficinas que fizemos ao longo dos Estágios na Associação de Moradores do Conjunto. Essa moradora recordou com muito entusiasmo das atividades que o Trabalho Social oferecia aos moradores. Essa moradora afirmou que era assídua nas oficinas de artesanatos, gastronomia, pinturas, entre outras. Além disso, antes de começarmos a entrevista, a moradora nos informou que antes de ir morar no Planalto Universo residia na favela do Surrão que hoje é o Conjunto Maravilha, numa casinha de plástico, tipo taipa, que passava esgoto a céu aberto. De acordo com as próprias palavras da moradora: “[...] tinha ratos baratas lixo, era ruim a morada lá. Mas a Prefeitura de Fortaleza fez esses apartamentos e trouxe-nós pra cá. Eu moro aqui desde quando construíram. Aqui eu gosto”.

Nesse momento, nos veio em mente os dados trazidos pela Fundação João Pinheiro (2005), pois traduz exatamente o que nos foi relatado por aquela moradora que vivia em um imóvel inadequado. Segundo a mesma Fundação, os imóveis inadequados são aqueles que não possuem serviços básicos, como por exemplo, abastecimento de água, coleta de lixo e energia elétrica. Além disso, são somados a esses fatores o local de instalação do imóvel: morro, encostas, próximo dos rios, e o material utilizado na construção da casa.

⁶Conforme consta nos termos dos programas habitacionais populares, e constatado por nós, quando fizemos parte da equipe do TTS do Conjunto Residencial Planalto Universo, esse programas são subsidiados pelos Governos, federal, estadual ou municipal, sendo expressamente, proibido aos beneficiários dos imóveis: vender, trocar ou alugar, os imóveis.

Diante desse fato, é possível afirmarmos que aquela moradora, não possuía um direito humano fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988. Pois de acordo com Melo (2010), o direito à moradia adequada é reconhecido como:

[...] direito humano fundamental, na Constituição de 1988, constitui o pilar para o atendimento da função da cidade e sua violação do direito a morar leva ao atentado aos demais direitos, por isso, estão vinculados as necessidades humanas (IDEM, 2010, p. 24).

Segundo Silva (1992) que também segue na mesma linha de Melo (2010), o problema do direito à moradia para a população de baixa renda ou até mesmo os sem renda:

[...] não têm acesso à habitação em forma de mercadoria do setor formal da economia, está compreendida como uma habitação que tenha ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Assim, este contingente que constitui parte do exército industrial de reserva soluciona ao seu modo este problema, optando, ou melhor dizendo, acatando para si a única via possível de se manter na cidade abrigado (IDEM, 1992, p. 104).

Portanto, a entrevista com aquela moradora, e as colocações dos autores, supracitados, fez-nos refletir ainda mais todo o invólucro que envolve o problema habitacional no Brasil, pois mesmo sendo uma cidadã com direito assegurado, somente após muita luta veio a conseguir uma moradia digna. Assim, o que pensar sobre os milhares de brasileiros que ainda continuam na mesma situação em que se encontrava aquela moradora. Nesse momento, gostaríamos de aproveitar o ensejo para deixarmos registrado que a entrevista com essa moradora foi mais uma conversa aberta, contada por uma moradora antiga, que nos deu a oportunidade enriquecer ainda mais nosso TCC.

Após esse relato inicial dos pontos que mais nos chamou à atenção, passamos a discorrer como se deram as entrevistas. Desse modo, primeiramente, houve uma conversa com alguns dos moradores no qual foi apresentada a intenção da pesquisa, além de relatarmos aos mesmos que havíamos participado do TTS, como estagiária no ano de 2015. Após os esclarecimentos devidos, agendamos uma segunda visita para a realização da pesquisa.

Na segunda visita ao campo, apresentamos o instrumento de pesquisa, no caso um roteiro com (10) dez perguntas abertas e fechadas. Nesse momento, tivemos a oportunidade de esclarecermos, pela segunda vez, a importância e a

finalidade de nossa pesquisa e assim construímos, com base nos relatos, o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas no Conjunto Residencial Planalto Universo, como segue abaixo.

Tabela 1. Perfil socioeconômico das famílias beneficiadas no Conjunto Residencial Planalto Universo

Família	Idade	Sexo	Natural	Instrução	Renda	Profissão
1	32	F	Fortaleza	Ens. Méd. Comp.	1 Salário	_____
2	63	F	Fortaleza	Ens. Fund. Inc.	_____	Aposentada
3	71	F	Fortaleza	Ens. Fund. Inc.	_____	Aposentada
4	50	F	Fortaleza	Ens. Fund. Inc.	R\$ 1.000,00	Autônoma
5	20	M	Fortaleza	Ens. Méd. Comp.	_____	Estudante
6	48	F	Fortaleza	Ens. Fund. Inc.	R\$ 300,00	Catadora Reciclagem
7	37	F	Fortaleza	Ens. Méd. Inc.	Desempreg.	Diarista
8	25	F	Fortaleza	Ens. Méd. Comp.	1 Salário	Telemarketing
9	52	M	Aracoiba	Ens. Méd. Comp.	1 Salário	Vigilante
10	29	10	Fortaleza	Ens. Méd. Inc.	Bolsa Família	_____

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Analisando os dados das pessoas que entrevistadas, no que se refere à idade, pode ser observado que as mesmas variam de 20 anos a mais jovem até 71 a mais velha. Destacamos ainda em relação à idade dos entrevistados que, apenas quatro indivíduos possuem idade inferior a 40 anos.

Outro dado importante que a Tabela 1 traz se refere ao sexo dos entrevistados, sendo nossa amostragem composta por pessoas de maioria do sexo feminino, totalizando oito indivíduos, portanto, apenas dois são do sexo masculino.

Quanto à naturalidade dos entrevistados, somente um indivíduo é do interior do Estado do Ceará, os demais são nascidos na capital. Já o grau de instrução, de nossa amostragem, quatro possuem apenas o ensino fundamental incompleto, dois o ensino médio incompleto e quatro o ensino médio completo. O que demonstra baixo grau de escolaridade dos entrevistados.

Com relação à renda, três não responderam. Todavia, analisando o restante de nossa amostragem é possível afirmarmos que a maior possui renda igual ou inferior a um salário mínimo. Temos ainda uma pessoa que está desempregada e outra que afirmou viver apenas com a renda do Programa Bolsa Família (PBF). Destacamos ainda que, apenas um entrevistado afirmou auferir uma renda equivalente a R\$1.000,00, trabalhando como autônoma.

Por fim, ainda analisando os dados da Tabela 1 acima, sobre a profissão dessas pessoas, como a idade é possui uma variância grande, temos duas pessoas que são aposentadas, duas que não responderam, uma afirmou ser autônoma, uma trabalha como operadora de telemarketing, uma é vigilante, uma é diarista e uma trabalha com reciclagem. Chamamos à atenção ainda para o fato das profissões, as pessoas entrevistadas estarem relacionadas com o baixo grau de escolaridade das mesmas.

Feita essas análises, passamos a discorrer e correlacionar, com a carga teórica construída ao longo deste trabalho, a visão dos moradores a respeito do Trabalho Técnico Social desenvolvido no Conjunto Residencial Planalto Universo, como segue.

4.2 A visão dos moradores sobre o trabalho social desenvolvido no Conjunto

Este tópico foi de fundamental importância para o presente estudo, pois a partir do mesmo tivemos a oportunidade, por meio dos relatos, de verificarmos a realidade vivida por parte daquela comunidade com autores trazidos ao longo deste trabalho monográfico. Autores esses que nos apropriarmos de seus conceitos e orientações sobre a questão habitacional e as políticas públicas na habitação bem como o Trabalho Técnico Social que deve ser desenvolvido por profissionais do

Serviço Social, conforme orientação do Ministério das Cidades. Assim, partimos para a primeira pergunta realizada para os entrevistados, que foi: você participou dos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura de Fortaleza? Quais? Dentre os 10 sujeitos que responderam essa indagação, 3 afirmaram que participaram de todos os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da Prefeitura de Fortaleza.

Observando as respostas dos três sujeitos que afirmaram terem participado chamamos à atenção para o fato desses citarem as ações sociais que mais se interessaram. A família 2, muito embora tenha participado das reuniões: “[...] da ação social, do curso de culinária, quando tinha as vacinações dos gatos e cachorros”. Com relação aos cursos a mesma destacou que: “[...] gostava muito quando tinha troca de plantinhas em troca de garrafas descartáveis”. Já para a família 3 as palestras relacionadas aos cuidados com a saúde foram de crucial importância, como por exemplo, sobre: “[...]diabetes, hipertensão, câncer de mama”. Já na ação social essa moradora afirmou que aproveitou para cortar o cabelo e dos cursos destacou de: “[...] artesanatos com garrafas descartáveis e de vidros. Vixe participei de muitos”.

A terceira pessoa a afirmar que participou de todas as atividades desenvolvidas pela equipe do TTS, “[...] todas as palestras, todos os cursos, as ações sociais”, foi a família 4. A mesma destacou ainda que, além de participar de todas as atividades: “[...] organizava o salão da Associação”.

Vale destacarmos ainda que, do total das famílias entrevistadas, cinco afirmaram terem participado apenas de algumas atividades. A família 1 relatou que participou dos cursos de: “[...] gastronomia, pinturas nos panos de pratos, artesanatos, teve curso ensinando a fazer unhas”. Já a representante da família 5 destacou os cursos de: “[...]artesanato, culinária: biscoitos, bolos, chocolates”. A família 6 respondeu no mesmo sentido que a família anterior, destacando, principalmente, os cursos de: “[...]artesanatos com garrafas descartáveis e de vidro”.

A última família a nos responder que participou de apenas algumas atividades desenvolvidas pelo TTS, foi a família 8 e 10, que afirmaram respectivamente: “Sim de alguns. Fui pra algumas **reuniões e uma ação social** que teve dança de Zumba no salão da Associação dos Moradores, **corte de cabelo, verificação de pressão e glicose** e distribuição de lanches” (Grifos nosso). Já a famílias 10 afirmou que: “Sim. Participei das **reuniões, das palestras e dos cursos**. Adorei o curso de manicure, de artesanato e de gastronomia” (Grifos nosso).

Ao observarmos as falas das famílias 8 e 10 nos chamou à atenção o fato das mesmas, diferentemente das demais famílias, terem participado não apenas dos cursos, mas também das reuniões e das palestras. Sendo assim, muito embora essas famílias, esses sujeitos não tenham sido assíduos, nas atividades desenvolvidas pela equipe técnica da social, as mesmas se envolveram com todos os projetos propostos pelo TTS, não se limitando apenas aos cursos de integração e/ou informação.

Ao traçarmos uma correlação com nosso arcabouço teórico, construído ao longo deste trabalho, é possível afirmarmos que o poder público, a partir da Constituição Federal de 1988, vem trabalhando a política habitacional no Brasil de uma forma que até então nunca havia feito. Pois, segundo Andrade e Leitão (2006), o direito à moradia digna durante décadas no Brasil se deu de forma precária. Antes da Carta Magna, a política habitacional brasileira visava, prioritariamente, atender pessoas que possuíam “certos níveis” de renda. Tanto é verdade que muitos desses moradores ao adquirirem um imóvel em algum conjunto habitacional realizavam alterações nas edificações como forma de atender melhor suas necessidades.

Por meio do perfil socioeconômico de nossa amostragem e através dos relatos dos moradores do Conjunto Residencial Planalto Universo, verificamos que as condições financeiras desses moradores são menores. Portanto, uma população carente de emprego e de informação quanto aos seus direitos, tanto é verdade que, as respostas da primeira indagação são exatamente nesse sentido. O TTS abrange todos esses aspectos e é desenvolvido por meio de cursos profissionalizantes, palestras, reuniões, portanto, por meio de ações sociais.

Por fim, destacamos que apenas 2 famílias (7 e 9) não participaram de nenhuma atividade executada pela equipe de Trabalho Social ligada aos projetos de urbanização.

Na segunda pergunta, indagamos aos indivíduos que aceitaram contribuir para este trabalho, se na visão dos mesmos, a comunidade teve a oportunidade de opinar e sugerir as atividades do TTS? Por quê? Dos 10 entrevistados apenas dois não souberam responder, a família 7 e a família 9, que afirmaram, respectivamente: “Não sei responder, mas minha cunhada ia pras reuniões e dizia que dava opinião”. “Não sei responder. Porque não fui pra nenhuma atividade”. Já a família 8 respondeu apenas que: “sim”, sem fazer nenhuma colocação. A família 1 afirmou que: “Sim. Porque tinha as reuniões **na associação dos moradores** com as

assistentes sociais, e o **povo dava opiniões**” (Grifos nosso). A família 2: “Sim. Porque nas **reuniões que a gente participava**, a assistente social perguntava qual o curso que nós queria, pra trazer pra comunidade” (Grifos nosso). A família 3 disse que: “Sim. **Nas reuniões perguntavam o que nós gostaríamos de fazer** pra aprender” (Grifos nosso). A família 4 relatou que: “Sim. **Nós dávamos opiniões, fazia votação** pra escolher o curso” (Grifos nosso). Segundo a família 5: “Sim. Quem ia para as **reuniões** era minha mãe, mas ela dizia que **dava sugestões** sim” (Grifos nosso). Para a família 6: “Sim. **Nas reuniões** o pessoal **dizia o que queria fazer** pra melhorar na comunidade” (Grifos nosso). Por fim, a família 10 declarou que: “Sim. A assistente social com as ajudantes dela, dava as opções e **o pessoal escolhia**” (Grifos nosso).

Compreendendo as falas de nossa amostragem verificamos que o TTS, deu oportunidade para que os moradores do Planalto Universo participassem de forma ativa na construção dos projetos desenvolvidos pela parte social da habitação, tanto é verdade que dentre as falas dos entrevistados destacamos os seguintes dizeres: o povo dava opinião, perguntavam, o pessoal escolhia, fazia votação. Portanto, nas reuniões com os moradores realizada na associação dos moradores do Conjunto, houve uma escuta qualificada por parte dos profissionais que procuraram primeiramente verificar e posteriormente atender as demandas daquela comunidade.

Essa realidade de participação da comunidade nos projetos habitacionais, segundo Ribeiro e Pechman (1985), é imprescindível e deve ser posta em prática pelo poder público. Priorizando o conhecimento da realidade dos indivíduos de cada localidade, é possível intervir com o objetivo de harmonizar e somar as ações a serem desenvolvidas, por parte do Estado.

Analisando o que os autores trazem a respeito do direito à habitação é possível afirmarmos que a moradia não se resume apenas a um bem material, mas se encontra intimamente ligada às condições culturais e a outros aspectos da dimensão individual e familiar que são peculiares a cada comunidade.

Quanto à terceira pergunta, realizada foi: você considera que o Trabalho Técnico Social foi divulgado adequadamente na comunidade? Como? A família 1 afirmou que: “Sim. **Passava o carro de som** anunciando nas ruas” (Grifos nosso). A família 2: “Sim. As meninas colocavam **cartazes nos blocos**, nas paredes das “bodegas” passava o carro de som” (Grifos nosso). Segundo a família 3: “Sim. Era convidada **com os convites, cartazes nos blocos, no carro de som**” (Grifos

nosso). Família 3 afirmou que: “Sim. As **assistentes sociais iam nas casas** entregar convites, passava o **carro de som ou som na bicicleta**, colocavam **cartazes** nos rol dos blocos (Grifos nosso). Já a família 5 disse que: “Sim. Era bem divulgado as atividades, colocavam **faixas na entrada** do conjunto, tinha **carro de som** (Grifos nosso). Segundo a família 6: “Passava o **carro de som**, e entregavam convites (Grifos nosso). Segundo a família 7: “Acho que sim, quando eu estava em casa na época eu escutava o **carro de som** anunciando, e recebia convites que colocavam de baixo das portas (Grifos nosso) De acordo com a família 8: “Eu via os **cartazes** colados nas paredes dos comércios, e **ouvia o som** divulgando as atividades que ia ter na associação (Grifos nosso). Para a família 9: “Eu escutava só o **som no carro fazendo** a propaganda” (Grifos nosso). A última família a responder a mesma pergunta afirmou que: “O pessoal da empresa colocava **cartazes** e entregava convites porta a porta” (Grifos nosso).

Como pode ser observado todos os dez entrevistados avaliam como positivo o trabalho de divulgação das ações, sendo que essa divulgação se deu das mais diversas formas, entre essas, destacamos por meio de: carro de som, cartazes e convites entregues para os moradores pelos assistentes sociais.

Além disso, retomamos à publicação do Ministério das Cidades a qual afirma que o TTS deve focar quatro eixos básicos de atuação, quais sejam: trabalho social em apoio à intervenção física; ações de setores sociais visando à inclusão social e/ou o desenvolvimento local; fortalecimento das organizações da sociedade civil; e o fomento à participação da comunidade (BRASIL, 2011). Sendo assim, é possível verificar que a mobilização executado pela equipe técnica do Serviço Social, fazendo uso dos mais diversos meios, dentre eles, carro de som, visou à mobilização da comunidade, como forma de promover a articulação intersetorial para promover o desenvolvimento local e a inclusão social. Para tanto, é necessário que se realize uma mobilização dessas pessoas como foi verificado através das falas dos entrevistados.

Nossa penúltima pergunta se refere às possíveis contribuições do TTS oferecido pela Prefeitura de Fortaleza para a melhoria da qualidade de vida, a partir das perspectivas dos moradores do Conjunto Residencial Planalto Universo, os sujeitos responderam do seguinte modo: a família 1 afirmou que: “Contribuiu, porque **a gente aprendeu a fazer o produto para vender** e as palestras eram boas bem descontraídas (Grifos nosso). Já para a família 2: “Foi bom pra mim, porque como

passo o dia em casa, fazendo só as coisas de casa, aí os cursos que tinha, as palestras ocupava mais a minha cabeça e quando era os cursos eu **aprendia a fazer os produtos** (Grifos nosso). Segundo a família 3: Foi ótimo e sinto é saudade porque não tá tendo mais. Contribuiu porque **servia de terapia** pra mim, eu conversava com as meninas que dava aula e passava o tempo, e para os jovens também era bom porque não ficavam na rua (Grifos nosso). Conforme a família 4: “Foi maravilhoso porque **aprendi a fazer bolos, biscoitos, tortas, chocolate e vendo na minha mercearia**, entre os outros cursos, assim **contribuiu para aumentar no orçamento de casa** (Grifos nosso). Para a família 5: “Bom. Os cursos que deu pra eu participar eu gostei muito, e pra quem participou e faz os produtos pra vender **umenta a renda** (Grifos nosso). De acordo com as palavras da família 6: “Serviu e contribuiu para a gente **ficar mais por dentro das informações**, nas palestras eram boas davam lanches toda vida que tinha reunião (Grifos nosso). Já a família 7 disse que: “Contribuiu, a minha cunhada **trabalha até hoje fazendo unhas que ela aprendeu no curso** que teve da Prefeitura aqui na Associação” (Grifos nosso). A família 8 afirmou que: “Na minha opinião foi válido, porque a comunidade é carente e precisa dessas ações mesmo, **pro povo fazer alguma coisa na vida** (Grifos nosso). Segundo a família para os jovens: “[...] é **bom esses trabalhos**. Minha filha, acho que foi para algumas palestras (Grifos nossos). Por fim, para a família 10: “Era ótimo, pra mim, consegui aproveitar o máximo dessa oportunidade, e **recebi os certificados de todos os cursos**” (Grifos nosso).

Observando as respostas dos entrevistados, fica claro que o TTS, desenvolvido no Conjunto Planalto Universo, contribuiu de várias formas para os moradores, destacamos a geração de renda, através dos cursos profissionalizantes e as palestras informativas.

Portanto, observando as falas dos entrevistados compreendemos que o trabalho executado pelos profissionais do Serviço Social possui como objetivo ações de integração de vários setores, como educação, saúde e principalmente, geração de renda que buscou um objetivo maior, qual seja a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, conforme preconiza o Ministério das Cidades.

Vale recordarmos que, por meio do incentivo e do fortalecimento da participação e da organização autônoma da população, o TTS, deve ser capaz de articular políticas públicas que estão disponíveis no município, no governo estadual

e federal para tornar aquela comunidade mais forte e melhorar a potencialidade das famílias da comunidade com um todo (BRASIL, 2011).

Diante disso, compreendemos que o TTS realizado no Conjunto Residencial Planalto Universo, perpassa a questão do direito a moradia, o mesmo abrangeu questões que vão muito além do simples problema habitacional das famílias fortalezenses que não possuem condições financeiras de adquirir um imóvel, visam como objetivo final melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Compreendemos que quando pensamos em política habitacional devemos ter em mente que essas pessoas que foram contempladas pela política habitacional brasileira, adquirindo um imóvel no Residencial Planalto Universo, vivam em meio à exclusão territorial questão, pois segundo Rolnik (2002), as políticas habitacionais, no Brasil, foram pensadas e aplicadas ao longo dos anos, privilegiando apenas algumas camadas da sociedade.

A última pergunta, de nosso roteiro de entrevista, diz respeito a avaliação por parte dos moradores das atividades realizada pela equipe técnica, para tanto, indagamos os entrevistados na avaliação dos mesmos as atividades realizadas foram, satisfatórias, pouco satisfatórias, insatisfatórias ou não sabem. As respostas, foram compiladas e estão dispostas na tabela 2 abaixo.

Quanto à avaliação das atividades realizadas pela equipe do Trabalho Técnico Social, segundo nos foi informado pelos entrevistados, do total: 8 consideram o TTS satisfatório e dois entrevistados não souberam responder.

Como pode ser observado, por meio das respostas as indagações anteriores, a avaliação das atividades desenvolvidas pela equipe do TTS, veio a reafirmar que o mesmo foi satisfatório, pois dentre as 10 pessoas entrevistadas apenas duas não souberam responder. Nenhuma afirmou que o mesmo foi insatisfatório ou pouco satisfatório. Destacamos que 8 entrevistados afirmaram que o trabalho realizado pela equipe técnica do Serviço Social foi satisfatório.

Fazendo uma reflexão sobre o que observamos em campo e as respostas dos entrevistados é perfeitamente cabível recordarmos as colocações de Fernandes (2001), o qual afirma que desde a década de 1980, o Brasil, vem passando por um importante processo de reforma urbana, a partir da Constituição Federal de 1988, foram lançadas: “[...] as bases de uma nova ordem jurídica – urbanística, a qual foi consolidada com a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, com a instalação

do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, ambos em 2003” (IDEM, 2001, p.19).

A nosso ver, os argumentos de Fernandes (2001) podem ser constatados *in lócus*, por meio desta pesquisa. Além disso, recordamos que a política habitacional brasileira vigente foi construída tendo como base o Art. 6 da Carta Magna o qual prevê o direito a moradia assegurado a todos os brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a verificar como as atividades desenvolvidas pelo Trabalho Técnico Social no Conjunto Residencial Planalto Universo, localizado na cidade de Fortaleza, propiciaram a melhoria da qualidade de vida, mediante ações educativas e de reinserção social dos moradores beneficiados pelo projeto.

Antes de adentrarmos nos resultados alcançados, acreditamos ser importante, fazermos uma breve reflexão sobre a política habitacional no Brasil, como forma de melhor embasar nossos resultados. Assim, compreendemos que as políticas públicas habitacionais no País, antes da Constituição Federal de 1988, estiveram na “berlinda”, pois além dos recursos serem reduzidos, não contemplava a população de baixa renda. Apenas a partir da Carta Magna que passou a garantir a o direito a moradia como fundamental tal realidade vem mudando, mesmo que para isso esteja andando por caminhos um tanto tortuosos, dada a abrangência que a temática envolve. Pois o direito à moradia, possui como objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população para tanto, as variáveis que envolvem tal questão são amplas, perpassam pela educação, saúde, geração de renda e até mesmo direito a informação. Portanto, perpassa por políticas públicas intersetoriais que possam oferecer aos indivíduos que façam parte de um projeto habitacional condições mínimas para que os mesmos possam se estabelecer e viver com dignidade em uma nova comunidade.

Retomando os objetivos deste trabalho, em especial, nosso objetivo específico, podemos afirmar que, por meio de nossas observações, da carga teórica construída ao longo dessa caminhada e dos relatos das pessoas entrevistadas que as atividades desenvolvidas pelo Trabalho Técnico Social no Conjunto Residencial Planalto Universo propiciaram uma melhoria na qualidade de vida dos moradores. Para tanto, a equipe Técnica Social, lançou mão de instrumentos como: ações sociais, reuniões, palestras na área da saúde e educação e cursos profissionalizantes. Todavia, para que esse tipo de trabalho fosse concretizado com sucesso, foi necessário mobilizar os moradores para que se organizassem, e assim ouvi-los, para então identificar as principais demandas da comunidade.

Com relação aos nossos objetivos específicos, acreditamos que também conseguimos alcançá-los, conforme iniciamos nossas considerações finais, verificamos que as políticas públicas na área da habitação só passaram a atender a

população mais carente a partir da Constituição Federal de 1988 e posteriormente, aprofundada com a criação do Ministério das Cidades, no ano de 2003, que passou a regulamentar e a propor diretrizes mínimas para os projetos habitacionais, como por exemplo, o Trabalho Técnico Social, obrigatório para os programas dessa natureza.

Lembramos que, ao longo da história das políticas habitacionais brasileira, de modo geral, não foram historicamente suficientes para combater o déficit habitacional. Quando o Estado passa a se responsabilizar pela construção de moradias, percebe que existe um acesso da população de baixa renda, que não é contemplada pelo setor privado justamente por serem da camada social mais pobre, portanto, sem recursos.

Quanto ao perfil socioeconômico, dos moradores, do Conjunto Residencial Planalto Universo, foi possível verificar que as famílias beneficiadas são de baixa renda, muitas residiam antes de casas de papelão, em áreas de risco, sem as condições mínimas garantidas por lei. Além de não terem acesso, a equipamentos sociais básicos, como por exemplo, Unidade Básica de Saúde.

Construindo este trabalho monográfico, tivemos a oportunidade de perceber *in lócus*, uma realidade, que está diante de nossos olhos, diariamente, a linha imaginária que existe entre a moradia das pessoas abastadas que possuem acesso, com facilidade, aos equipamentos sociais básicos, e a população fortalezense que vive nas comunidades da Capital, sem acesso a saúde, saneamento básico, segurança. Na verdade nos parece que essas pessoas, estão à mercê da própria sorte, essas pessoas são invisíveis para a sociedade de um modo geral, essa parcela da população é tida como excedente, muitas vezes um “estorvo”, para a sociedade, pois “onera” o Estado.

Quanto ao nosso terceiro objetivo específico, identificar se as ações educativas e de reinserção social foram eficazes, podemos afirmar que sim, pois conforme relato de boa parte de nossa amostragem através das ações educativas e dos cursos profissionalizantes os moradores passaram a obter renda, mudando o quadro que se encontravam.

Assim, fazendo uma reflexão de um modo geral, acreditamos que o Trabalho Técnico Social criou mecanismos que levaram a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade, pois, por meio das ações educativas essa população teve

acesso à informação dos direitos, aos serviços públicos e a participação e organização.

Por fim, acreditamos que através da materialização deste trabalho, possamos estar contribuindo para a academia servindo de base para que outros estudos nessa direção venham a ser realizados, pois temos a plena convicção que esta temática possui um leque muito grande para ser explorado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana da Silva; LEITÃO. Gerônimo Emílio de Andrade. **Transformações na paisagem urbana: favelização de conjuntos habitacionais.** Rio de Janeiro, Viana & Mosley, Ed, PROURB, 2006.

ARAÚJO, Vaneza Ferreira. **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste Pré – Alas Brasil.** Grupo de Trabalho 30 – Movimentos Sociais e Questão Urbana: perspectivas e desafios continuidades e rupturas na política habitacional de interesse social em Fortaleza. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 04 a 07 de setembro de 2012.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. **Habitação e poder.** Rio: Zahar, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Aliança de Cidades. Banco Mundial. **Trabalho Social e Intervenções Habitacionais: Reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional.** Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-11.pdf. Acesso em: 14 de jun. de 2017.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. **Propriedade Intelectual.** Disponível em: <http://WWW.cnpq.br/propriedade/index.htm#apre>. Acesso em: 09/05/2017.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012.** Diário Oficial da União. Disponível em: http://WWW.bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12.html. Acesso em: 04/04/2017.

BONDUKI, Nabil. Habitat II e a Emergência de um Novo Ideário em Políticas Urbanas. In: **Habitar Contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90.** Salvador, FAUFBA: 1997.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo,** São Paulo, n.1, p. 71-104, set. 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb>. Acesso em 05/03/2017.

CASTRO, Laura Rocha. Habitação Social e a Operação Urbana Consorciada em São Paulo. **Caderno de Pós – Graduação em Serviço Social,** v.16, n.2, p. 38, 2016.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência.** 2º ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FERNANDES, Edésio. **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2005**. Informativo CEI Demografia. Minas Gerais: Fundação João Pinheiro, abril de 2007.

GIL, A. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5^o ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HORA, Mara Lúcia Falconi da. A (re)produção do espaço urbano e a lógica dos agentes produtores. In: **Revista Formação**, nº 5. Presidente Prudente-SP: Unesp-PP, 1998.

HUMANOS, Declaração Universal dos Direitos. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. **Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo**: <http://www.direitoshumanos.usp.br>, 2013. Acesso em: 10/04/2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 380 p.

MARIGHELLA, C. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**, 1958.

MELO, Marcelo Augusto Santana. O direito a moradia e o papel do registro de imóveis na regularização fundiária. **Revista de Direito Imobiliário**. Vol. 69. p. 09-79. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, jul-dez. 2010.

MINAYO, M.C, **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 29^o ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação: controle e espoliação**. Cortez Editora, 1984.

PILANTI, José Isaac. **Propriedade e função social na pós-modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA (HABITAFOR). **Projeto de Trabalho Social – PTTS – Comunidade Maravilha Fortaleza**, 2015. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 08/06/2016.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1997.

ROLNIK, Raquel. **É possível uma política urbana contra a exclusão**. Magalhães, I, 2002.

RIBEIRO, Luiz César de Queirós; PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão de moradia**. São Paulo: Nova Cultura: Brasiliense, 1985.

SILVA, José Borzacchiello. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza: Multigraf, 1992

SILVA, Maria Ozanira da. Política habitacional brasileira. São Paulo: Editora, 1989.

SILVA, Ana Maria; SANTOS, Ana Queiros. Exclusão Social Habitacional e Políticas Públicas. Transporte em Transformação IX, v1, p. 23-40, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista

Roteiro referente à pesquisa: A importância do Trabalho Social nos Programas e Projetos Habitacionais (Uma experiência no Conjunto Residencial Planalto Universo).

Data:

I – Perfil socioeconômico das famílias beneficiadas no Conjunto Planalto Universo

Família	Idade	Sexo	Natural	Escolaridade	Renda	Profissão

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

II – Relatos das famílias beneficiadas do Conjunto Residencial Planalto Universo

1. Você participou dos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura de Fortaleza? Quais?
2. A comunidade teve a oportunidade de opinar e sugerir as atividades do Trabalho Social? Por quê?
4. Quais as contribuições do Trabalho Social oferecido pela Prefeitura de Fortaleza para a melhoria da qualidade de vida, a partir das perspectivas dos moradores do Conjunto Residencial Planalto Universo?
5. Como você avalia as atividades realizadas pela equipe do Trabalho Social.
(xx) Não Sabe () Insatisfatório () Pouco Satisfatório (xxxxxxxx) Satisfatório

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: A importância do Trabalho Social nos Programas e Projetos Habitacionais (Uma experiência no Conjunto Residencial Planalto Universo) por Patrícia de Sousa Braz Elias. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof.^a Ms^a Virzângela Paula Mendes Sandy, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é verificar como as atividades desenvolvidas pelo Trabalho Técnico Social no Conjunto Residencial Planalto Universo, localizado na cidade de Fortaleza, propiciaram a melhoria da qualidade de vida, mediante ações educativas e de reinserção social dos moradores beneficiados pelo projeto. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste TCLE.

Fortaleza, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:
